



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639219 - SP (2021/0005770-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : MICHELE PIRES GONCALVES
ADVOGADO : MICHELE PIRES GONÇALVES - SP414606
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE LUÍS CARRER
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRIQUE LUÍS CARRER em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0006969-78.2017.8.26.0408).

O paciente foi condenado às penas de 7 meses de detenção em regime inicial semiaberto, como incurso no art. 306, *caput*, da Lei n. 9.503/1997, sanção que foi confirmada em grau de apelação.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que o paciente faria jus à fixação do regime inicial aberto, ante o preenchimento dos requisitos legais para tal.

Assevera que a mesma condenação não poderia ser utilizada para prejudicar o sentenciado em mais de uma fase da dosimetria.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que seja fixado o regime inicial aberto para o cumprimento da reprimenda do agente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente